



Revista Encontros Baobá

**MANUAL ESCOLAR ÚNICO EM ANGOLA E DIVERSIDADE LINGUÍSTICA:
REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE ENSINO, POLÍTICAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS**

**SINGLE SCHOOL TEXTBOOK IN ANGOLA AND LINGUISTIC DIVERSITY:
CRITICAL REFLECTION ON TEACHING, POLICIES AND EDUCATIONAL
PRACTICES**

**MANUAL ESCOLAR ÚNICO EN ANGOLA Y DIVERSIDAD LINGÜÍSTICA:
REFLEXIÓN CRÍTICA SOBRE ENSEÑANZA, POLÍTICAS Y PRÁCTICAS
EDUCATIVAS**

Eduardo David Ndombele¹

RESUMO

O ensino da Língua Portuguesa em Angola tem sido estruturado, sobretudo nas classes iniciais, a partir de um único manual escolar nacional. Tal padronização, embora facilite a organização curricular, tem suscitado críticas de estudiosos e profissionais da educação que destacam sua limitada adequação ao contexto sociolinguístico do país. Angola caracteriza-se por uma pluralidade de línguas nacionais, que coexistem com o português em situações de bilinguismo e multilinguismo. No entanto, o manual vigente tende a apresentar o português como língua materna de todos os alunos, desconsiderando que, para a maioria, trata-se de uma segunda ou mesmo terceira língua, principalmente em regiões rurais e fronteiriças. Essa abordagem ignora diferenças culturais e linguísticas, resultando em dificuldades de aprendizagem, baixa motivação e desigualdade de oportunidades no percurso escolar. O presente estudo tem como objetivo analisar criticamente os impactos da utilização de um único manual padronizado, baseado quase exclusivamente na gramática normativa, sobre alunos com diferentes repertórios linguísticos. A investigação fundamenta-se em revisão bibliográfica, análise de documentos oficiais do setor educativo e observações empíricas realizadas em salas de aula de contextos urbanos e rurais. Pretende-se, assim, evidenciar os

¹ Pós-Doutor em Letras na área de Sociolinguística pela UBI. Professor-Pesquisador do ISCED-Uíge.

limites de uma prática uniformizadora e ressaltar a necessidade de políticas pedagógicas mais inclusivas, capazes de valorizar a diversidade linguística e cultural do país. Em última instância, o trabalho propõe reflexões que possam contribuir para a formulação de materiais didáticos contextualizados e para o fortalecimento de uma educação linguística que seja, ao mesmo tempo, eficaz e socialmente justa.

Palavras chave: manual escolar; Sociolinguística; Angola.

ABSTRACT

The teaching of Portuguese in Angola has been largely structured, particularly in the early grades, around a single national school textbook. While such standardisation facilitates curricular organisation, it has raised criticism from scholars and education professionals who point out its limited adaptation to the country's sociolinguistic reality. Angola is characterised by a plurality of national languages that coexist with Portuguese in situations of bilingualism and multilingualism. However, the current textbook tends to present Portuguese as the mother tongue of all learners, disregarding the fact that, for most of them, it is a second or even third language, especially in rural and border regions. This approach neglects cultural and linguistic differences, resulting in learning difficulties, low motivation, and unequal opportunities throughout the school trajectory. This study aims to critically analyse the impacts of using a single standardised textbook, based almost exclusively on normative grammar, on learners with different linguistic repertoires. The research is based on a literature review, analysis of official educational documents, and empirical observations conducted in classrooms across urban and rural contexts. It seeks to highlight the limitations of a uniform practice and emphasise the need for more inclusive pedagogical policies that value the country's linguistic and cultural diversity. Ultimately, the study offers reflections that may contribute to the development of contextualised teaching materials and to the strengthening of language education that is both effective and socially just.

Keywords: teaching, Portuguese, school textbook, Angola, linguistic diversity.

RESUMEN

La enseñanza del portugués en Angola se ha estructurado, especialmente en los primeros grados, en torno a un único manual escolar nacional. Si bien esta estandarización facilita la organización curricular, ha suscitado críticas de investigadores y profesionales de la educación, quienes señalan su limitada adaptación a la realidad sociolingüística del país. Angola se caracteriza por una pluralidad de lenguas nacionales que coexisten con el portugués en situaciones de bilingüismo y multilingüismo. Sin embargo, el manual actual tiende a presentar el portugués como lengua materna de todos los alumnos, sin considerar que, para la mayoría, constituye una segunda o incluso tercera lengua, sobre todo en las zonas rurales y fronterizas. Este enfoque desconoce las diferencias culturales y lingüísticas, lo que genera dificultades de aprendizaje, baja motivación y desigualdades en el recorrido escolar. El presente estudio tiene como objetivo analizar críticamente los impactos del uso de un único manual estandarizado, basado casi exclusivamente en la gramática normativa, sobre alumnos con repertorios lingüísticos diversos. La investigación se fundamenta en revisión bibliográfica, análisis de documentos oficiales y observaciones empíricas realizadas en aulas de contextos urbanos y rurales. Busca evidenciar las limitaciones de una práctica uniforme y resaltar la necesidad de políticas pedagógicas más inclusivas que valoren la diversidad

lingüística y cultural del país. En última instancia, el estudio ofrece reflexiones que pueden contribuir al desarrollo de materiales didácticos contextualizados y al fortalecimiento de una educación lingüística más efectiva y socialmente justa.

Palabras clave: enseñanza, português, manual escolar, Angola, diversidade lingüística.

INTRODUÇÃO

O presente artigo surge de uma constatação e análise realizadas durante o ano jubilar em que Angola celebra 50 anos de independência, a assinalar-se em 11 de novembro de 2025. Apesar dos avanços alcançados ao longo das últimas décadas no setor da educação, constata-se que as políticas públicas relativas à elaboração e uso de manuais escolares ainda não respeitam a diversidade linguística do país, refletindo, de forma insuficiente, a pluralidade cultural que caracteriza as diferentes regiões.

A recente reforma administrativa, que aumentou o número de províncias de 18 para 21, reforça ainda mais a necessidade de se repensar a uniformização curricular. Do norte ao sul, nas zonas fronteiriças, litorais, urbanas ou rurais, o sistema educativo continua a adotar um único manual escolar de Língua Portuguesa, desconsiderando as realidades socioculturais e os perfis linguísticos específicos de cada comunidade.

Muitos pesquisadores angolanos e estrangeiros, assim como o autor deste estudo, já manifestaram, em diversas circunstâncias, a sua preocupação em relação a este modelo de manual único. Sendo o manual escolar um instrumento pedagógico central no processo de ensino-aprendizagem, espera-se que atenda às necessidades do seu público-alvo, considerando não apenas a dimensão normativa da língua, mas também as especificidades sociolinguísticas e culturais dos alunos-.

Neste artigo, o foco recai sobre o Manual de Língua Portuguesa, analisando de que forma este instrumento, concebido de maneira padronizada, dialoga (ou não) com a realidade sociolinguística dos estudantes angolanos. A reflexão proposta busca compreender os limites e as implicações dessa uniformização, ao mesmo tempo em que aponta para a urgência de políticas educativas mais inclusivas e sensíveis à diversidade linguística e cultural do país.

Tem como objectivo geral analisar criticamente os efeitos do uso de um único manual de Língua Portuguesa no processo de ensino-aprendizagem em contextos bilíngues em Angola. A demais a utilização de um único manual de LP em todo o território nacional, embora facilite a padronização curricular, pode desconsiderar as especificidades linguísticas e

culturais dos contextos locais, sobretudo em regiões onde a língua materna dos alunos não é o português. Tal prática levanta questões quanto à equidade educacional, à eficácia do processo de alfabetização e ao respeito pela diversidade cultural angolana. Assim, esta pesquisa é relevante por contribuir para a reflexão crítica sobre a política de distribuição de recursos didáticos, a formação de professores e as metodologias adequadas ao ensino de línguas em contextos multilíngues. Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de cunho descritivo e analítico. Serão realizadas: Revisão bibliográfica sobre ensino bilíngue, políticas linguísticas em Angola, e materiais didáticos; Análise documental do manual único de LP, considerando critérios de adequação linguística, cultural e pedagógica. O artigo está organizado de seguinte forma: resumo, introdução, análise crítica do Manual de Língua portuguesa em uso em Angola, os limites do currículo padronizado, bilinguismo, políticas linguísticas e ensino de português, discussão e conclusão.

Análise Crítica do Manual de Língua Portuguesa em Uso em Angola

A presente seção analisa criticamente o Manual de Língua Portuguesa atualmente em uso nas escolas primárias de Angola, especialmente nos contextos marcados pelo bilinguismo. A análise considera os principais elementos didáticos e pedagógicos: conteúdo, linguagem, imagens, exercícios e sensibilidade à diversidade cultural e linguística do país. O objetivo é verificar em que medida este recurso responde às necessidades reais dos alunos bilíngues.

Conteúdo

O conteúdo do Manual de LP em uso é organizado por unidades temáticas que buscam desenvolver as quatro competências linguísticas principais: ler, escrever, falar e escutar. No entanto, observa-se uma tendência à padronização excessiva, com temas e exemplos predominantemente centrados no contexto urbano ou lusófono europeu, desconsiderando realidades rurais e culturais locais. Algumas unidades abordam tópicos importantes como a higiene, alimentação e cidadania, mas a abordagem é muitas vezes superficial e descontextualizada. Há também escassez de textos autênticos que representem a oralidade local ou a sabedoria tradicional (provérbios, histórias orais, mitos).

Linguagem

A linguagem utilizada no manual é, em geral, formal e normativa, alinhada à variedade padrão do português. Isso se distancia significativamente do repertório linguístico

da maioria dos alunos, especialmente nas zonas onde o português é uma segunda língua ou aprendido apenas no ambiente escolar. O uso de construções gramaticais complexas e vocabulário abstrato, logo nos primeiros anos, pode representar uma barreira para alunos que ainda estão a consolidar o domínio da língua portuguesa como L2. Não há adaptações ou estratégias visíveis para facilitar a transição da língua materna (línguas bantu) para o português.

Imagens

As imagens presentes no manual desempenham papel ilustrativo e, por vezes, didático. No entanto, a maioria das representações visuais é genérica ou inspirada em realidades estrangeiras. Há poucos elementos visuais que representem fielmente a diversidade cultural, étnica, arquitetónica ou ambiental de Angola. Por exemplo, as ilustrações de famílias, meios de transporte, habitação e vestuário raramente refletem as práticas e modos de vida das comunidades do interior do país, o que pode gerar um distanciamento simbólico e emocional dos alunos com o conteúdo apresentado.

Exercícios e Atividades

Os exercícios seguem de modo geral o modelo tradicional: completar lacunas, responder perguntas de compreensão, copiar textos e identificar classes gramaticais. Essa abordagem, embora útil em alguns momentos, não estimula suficientemente a criatividade, a produção oral espontânea, o trabalho colaborativo nem o uso funcional da linguagem. Além disso, os exercícios não partem das vivências dos alunos, o que dificulta a construção de sentido e o envolvimento com a aprendizagem. Em contextos bilíngues, seria esperado que o manual oferecesse propostas que incentivassem a reflexão sobre diferenças linguísticas, o uso da língua materna em certas situações e estratégias para fazer a ponte entre L1 e L2.

Ausência de Sensibilidade Linguístico-Cultural

Um dos maiores problemas identificados é a ausência de qualquer menção ou valorização das línguas nacionais no manual. Em um país onde a maioria das crianças inicia o percurso escolar sem domínio pleno do português, essa lacuna agrava as desigualdades de aprendizagem. A ausência de estratégias de transposição didática entre L1 e L2, de glossários bilíngues, ou de textos em línguas nacionais, compromete o princípio de inclusão e acessibilidade linguística no ensino primário.

Bilinguismo, Políticas Linguísticas e Ensino da LP em Angola

Angola é, por natureza, um país multilíngue. Com 9 grupos etnolinguísticos da família bantu, as línguas nacionais são faladas por milhões de angolanos, sendo o português a única língua oficial. O cenário escolar, sobretudo fora dos grandes centros urbanos, é essencialmente bilíngue: os alunos aprendem em português, mas expressam-se e vivem maioritariamente em línguas bantu como o kimbundu, umbundu, kikongo, chokwe, entre outras. O bilinguismo em Angola é marcado por um desequilíbrio funcional: o português é a língua de prestígio, do ensino, da administração e da mobilidade social, enquanto as línguas nacionais são relegadas ao espaço doméstico e informal. Essa tensão cria barreiras ao sucesso escolar, já que muitos alunos iniciam a escolarização sem compreender plenamente a língua de ensino. (Ndombele, 2022)

Apesar dos discursos oficiais sobre valorização da diversidade linguística, as políticas públicas continuam a favorecer a hegemonia do português. A Constituição da República (2010) reconhece as línguas nacionais como patrimônio cultural, mas ainda há um vazio legal e prático quanto ao seu uso sistemático no sistema de ensino. A implementação do ensino bilíngue está prevista em planos estratégicos do Ministério da Educação, mas, na prática, faltam investimentos, materiais e formação docente adequada para lidar com esse modelo. Há também resistências ideológicas e políticas à inclusão das línguas nacionais nas escolas, por vezes associadas ao passado colonial ou à fragmentação nacional.

A Lei de Base do Sistema de Educação (Lei n.º 13/01) e o Plano Nacional de Desenvolvimento 2018–2022 mencionam a necessidade de reforçar o ensino da LP e de preservar as línguas nacionais, mas não estabelecem mecanismos claros para que isso ocorra nas salas de aula.

O ensino da Língua Portuguesa em Angola permanece ancorado em metodologias tradicionais, com forte ênfase na gramática normativa e pouca abertura à oralidade e às práticas comunicativas dos alunos. Esse modelo não favorece a aprendizagem significativa da LP como segunda língua.

O autor deste trabalho defende metodologias mais interculturais, que partam da realidade linguística dos alunos e promovam a aprendizagem por meio de contextos comunicativos autênticos, textos orais e escritos bilíngues, produção de histórias locais, uso de dramatizações, entre outros autores, propõe ainda uma pedagogia de transição linguística, em que a L1 seja usada como suporte nos primeiros anos de escolaridade, até que o aluno desenvolva competências suficientes na LP. Tal proposta está em sintonia com recomendações internacionais da UNESCO para contextos multilíngues.

Os limites dos currículos padronizados

Sakukuma (2012), em sua dissertação sobre o programa da reforma educativa para o ensino do Português como Língua Segunda (PLS) na 7.^a classe, afirma que a reforma curricular angolana é ambiciosa, mas falha gravemente ao não reconhecer o estatuto do português como língua segunda. Essa omissão produz efeitos pedagógicos negativos, como:

- A ausência de estratégias específicas para lidar com erros comuns na pronúncia, vocabulário e escrita dos alunos não-nativos;
- O uso de metodologias inadequadas para o ensino da gramática, sem adaptação ao perfil dos aprendentes;
- Apresentação de conteúdos mecânicos e descontextualizados que ignoram os saberes locais e a experiência linguística real dos estudantes fundamentalmente das zonas rurais.

Sakukuma (2012), ainda destaca que essas deficiências são sentidas com mais força nas zonas rurais e periféricas, onde o contato com a língua portuguesa é limitado, o que agrava o fosso entre o currículo oficial e a prática pedagógica vivida em sala de aula.

Durante o I Congresso Internacional de Pedagogia no Bié, sob os auspícios da ESPE (Escola Superior Pedagógica do Bié) foi promovido uma mesa redonda sobre a problemática de escrita em Angola, moderado pelo Professor Pessela, os pesquisadores Ndombele, Ezequiel e Miguel (2025) reforçaram essa crítica ao alertarem sobre a “Luandacentralização” os manuais escolares em Angola são concebidos a partir de uma realidade centralizada em Luanda, desconsiderando o perfil sociolinguístico de outras regiões do país.

Esses autores argumentam ainda que:

- Os atuais manuais não refletem as experiências linguísticas dos alunos que falam, como primeira língua, o kimbundu, umbundu, kikongo ou outras línguas bantu;
- As metodologias de ensino do português utilizadas são teóricas, uniformes e insensíveis à diversidade linguística do espaço educativo nacional;
- O português padrão imposto nos manuais não representa a língua falada pelas comunidades, criando um ambiente de alienação linguística em sala de aula.

Ademais, o trabalho de Silvestre (2014), ao abordar a relação entre a língua oficial e as línguas locais em escolas de aldeias da província de Cabinda, aprofunda essa problemática.

O autor parte da premissa de que as crianças aprendem o português na escola, pois, em casa, usam predominantemente línguas nacionais. A partir disso, levanta a seguinte questão fundamental: "Como as crianças que, a partir do seio familiar, falam uma língua local angolana de origem africana aprendem o português?"

A pesquisa demonstra que o ensino do português, nesses contextos, não reconhece a língua materna dos alunos como ponto de partida. O manual escolar e os métodos aplicados partem do pressuposto de que a criança já domina o português, o que gera:

- Dificuldades de compreensão e expressão oral e escrita;
- Desmotivação e frustração no processo de aprendizagem;
- Reprodução do fracasso escolar, sobretudo entre as crianças do meio rural;

Alexandre Timbane² (2020) oferece uma análise crítica fundamental sobre o ensino do português em contextos africanos marcados pelo multilinguismo e pela herança colonial. Para o autor, o ensino do português em países como Moçambique e Angola ainda está enraizado em práticas pedagógicas coloniais, que ignoram as línguas locais e impõem a norma-padrão europeia como única forma legítima de expressão linguística.

Timbane defende que: não se pode falar de um ensino eficaz do português em África sem antes reconhecer a pluralidade linguística e cultural que caracteriza os sujeitos africanos e os seus espaços escolares (Timbane, 2020). Ainda o autor supracitado propõe a construção de práticas pedagógicas decoloniais, baseadas nos seguintes princípios:

- Valorização das línguas africanas como meio de instrução, pelo menos nos anos iniciais;
- Produção de materiais didáticos multilíngues e regionalizados;
- Formação de professores com consciência crítica linguística e intercultural;
- Integração da experiência linguística dos alunos no processo de ensino-aprendizagem do português.

O aluno, para ter sucesso, precisa não apenas aprender o conteúdo, mas também “decifrar” o discurso pedagógico do livro o que só é possível se ele já partilhar, em alguma medida, desse universo linguístico e cultural. Assim, reafirma-se que o livro didático, ao invés de ser um mediador neutro, participa ativamente do processo de exclusão ou inclusão dos alunos no espaço escolar, dependendo do grau de adequação ao seu perfil linguístico.

Portanto, reformular o conteúdo desses manuais com base numa gramática mais descritiva, comparativa e contextualizada pode ser decisivo para que o manual escolar cumpra de fato seu papel como ferramenta de democratização do saber. Os manuais escolares desempenham um papel central no processo de ensino-aprendizagem e representam, em muitos contextos, a principal e por vezes única fonte de conteúdo curricular. Apesar da sua importância, o uso de manuais enfrenta limitações substanciais que afetam a qualidade da

² Professor da UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira), é uma referência na área de ensino de línguas em contextos multilíngues africanos, com especial atenção às realidades sociolinguísticas de países como Moçambique e Angola. Ele aborda, com profundidade, temas como colonialidade linguística, bilinguismo, variação linguística e políticas educativas no espaço lusófono africano.

educação. Ademais, o livro é um vetor essencial de aprendizagem, composto por textos e/ou imagens reunidos para atingir um conjunto específico de objetivos educativos; tradicionalmente, uma coleção impressa, encadernada ou em brochura, contendo ilustrações e instruções para facilitar sequências de atividades educativas. Isto significa que: O manual escolar é o recurso educativo mais amplamente conhecido pelo sistema educativo e pelos pais, e provavelmente o único para alguns.

Discussão: A prática de adotar um único manual escolar de LP em todas as províncias angolanas ignora as diferenças linguísticas e culturais entre os alunos. Estudantes oriundos de zonas urbanas, onde o português é língua materna, possuem maior familiaridade com a norma culta apresentada nos manuais. Em contraste, os alunos bilíngues das zonas rurais enfrentam dificuldades adicionais, como limitações no vocabulário, dificuldades na compreensão oral e escrita, e interferências gramaticais oriundas da língua materna. Como destacado por Lázaro (2024), os manuais de LP para o ensino primário em Angola privilegiam estruturas da gramática normativa, como conjugação verbal em tempos compostos e uso de pronomes relativos, sem apresentar estratégias de mediação linguística ou explicações acessíveis para alunos em processo de aquisição do português. Por exemplo, os livros adotados para a 4ª classe exigem domínio prévio de estruturas como "pretérito mais-que-perfeito composto" e "orações subordinadas adjetivas", conteúdos muitas vezes distantes da realidade linguística dos alunos bilíngues. Ademais, o programa por exemplo da 4ª classe traz objetivos que do ponto de vista operacional ficam muito distante da realidade dos alunos em contexto bilíngue nas zonas rurais de Angola, a título ilustrativo um dos objetivos do programa de LP é “Desenvolver o gosto pela leitura, permitindo o acesso às obras literárias apropriadas que irão desenvolver a sensibilidade e a criatividade dos alunos”

Crítica: Num contexto onde não há acesso real a livros, este objetivo torna-se idealista. Como despertar o gosto pela leitura se não há obras disponíveis nem hábitos de leitura em casa ou na comunidade?

Sugestão: O objetivo deveria enfatizar o uso de textos orais tradicionais (contos, provérbios, adivinhas locais) como ponto de partida, respeitando a cultura linguística dos alunos, até porque a transmissão oral é rica nas comunidades rurais.

“Aplicar correctamente a Língua Portuguesa para comunicar de forma adequada e estruturar o pensamento lógico, através do cumprimento das regras gramaticais ou funcionamento da língua.”

Crítica: esse objectivo exige uma competência elevada em L2, pouco realista para alunos que ainda não dominam a LP oralmente. A ênfase excessiva nas “regras gramaticais” penaliza os alunos por interferências linguísticas naturais e limita o uso funcional da língua. O foco deveria estar na comunicação funcional, com valorização da variação linguística e das línguas locais como apoio à aprendizagem do português (Basso, 2024).

Ndombele (2005) adverte que os materiais didáticos devem refletir as realidades culturais e linguísticas dos alunos, promovendo uma educação situada. Um manual único, que não dialoga com as línguas maternas nem com a vivência local, contribui para a estranheza dos conteúdos e o desengajamento escolar.

Limitações materiais e realidades pedagógicas nas zonas rurais

A limitação de materias didacticos traz consigo a desconexão cultural e simbólica dos livros isto implica dizer em outros termos que as imagens, textos e exemplos presentes nos manuais de Língua Portuguesa são inspirados em realidades urbanas, sobretudo da capital, Luanda. Isso causa estranhamento nos alunos de zonas rurais, fronteiriças ou interioranas, que não se reconhecem nas representações nesse âmbito o livro, em vez de facilitar a aprendizagem, acaba por alienar e desmotivar paralelamente a esse facto a falta de acesso aos manuais escolares é tão visível que ainda nos nossos dias constata-se crianças sobretudo nas zonas não urbanas que passam toda formação primária da 1ª à 6ª classe sem nunca terem tido um manual didactico próprio essa carência é agravada pela centralização da distribuição em Luanda, enquanto muitas províncias não recebem anualmente os manuais ou recebem em número insuficiente. Ainda assim muitos professores dessas zonas têm demonstrado alguma criatividade e resiliência para cumprir a sua missão. Entre as práticas comuns, podemos destacar:

- Uso do quadro e ditado oral: o professor copia partes do manual (caso possua) no quadro e os alunos copiam nos cadernos.
- Criação de materiais alternativos: professores produzem fichas, textos e exercícios adaptados à realidade local, muitas vezes com poucos recursos.
- Uso de cânticos, histórias orais e dramatizações: aproveitam elementos da cultura local como meio pedagógico.

- Reaproveitamento de livros antigos e fotocópias (quando há recursos disponíveis).
- Trabalho coletivo com um único livro em sala: se existir apenas um exemplar, ele é usado de forma partilhada, muitas vezes com leitura em voz alta feita pelo docente, e, em contrapartida, as Escolas nessas Regiões apresentam infraestruturas precárias ou improvisadas, como se não bastasse muitas escolas funcionam em capelas, casas comunitárias ou ao ar livre, com poucas carteiras e sem bibliotecas. Ainda por cima há falta de energia elétrica e tecnologias: o que impede o uso de recursos digitais, mesmo que houvesse acesso, nem todos os docentes têm formação pedagógica completa, agravando o problema da implementação das metodologias.

CONSIDERAÇÕES

O conjunto das análises aqui apresentadas no presente artigo apontam para um consenso: o modelo atual de manual único nacional falha em atender às necessidades reais dos alunos angolanos. A diversidade linguística de Angola, longe de ser um obstáculo, deve ser o ponto de partida para o desenvolvimento de políticas curriculares e materiais escolares mais justos e eficazes. A uniformização dos manuais escolares de Língua Portuguesa em Angola representa uma barreira para a inclusão linguística e pedagógica. Considerando a pluralidade linguística do país, é urgente repensar os materiais didáticos, incorporando elementos da gramática descritiva e comparativa, bem como exemplos contextualizados que dialoguem com as realidades linguísticas locais. É fundamental promover uma abordagem mais flexível e inclusiva, que respeite o bilinguismo e valorize as línguas nacionais como apoio ao aprendizado do português. Somente assim se poderá garantir uma educação linguística mais justa, eficaz e representativa para todos os angolanos.

Observações feitas pelos autores em contextos bilingues apontam para a necessidade urgente de reestruturação das políticas educacionais e linguísticas em Angola. O uso de um único manual nacional de LP, alheio à diversidade cultural e linguística do país, compromete a aprendizagem, perpetua desigualdades e dificulta o acesso pleno à cidadania linguística. Para o efeito o ensino da LP deve ser pensado não como ferramenta de homogeneização, mas como meio de construção do diálogo entre culturas e línguas.

A análise do manual revela um material didático tecnicamente bem estruturado do ponto de vista normativo, mas pedagogicamente limitado quando considerado o contexto sociolinguístico de Angola. A padronização nacional não tem sido acompanhada de estratégias compensatórias que respeitem a diversidade linguística e cultural dos alunos. O modelo atual favorece o fracasso escolar precoce de alunos que não dominam o português

como L1. Para responder a este desafio, recomenda-se a revisão e adaptação dos manuais com maior inserção de conteúdos contextualizados, produção de versões regionais adaptadas ou materiais de apoio complementares que valorizem as línguas e culturas locais. Os objetivos do programa do Ensino Primário de Língua Portuguesa embora bem-intencionados, não consideram suficientemente a realidade sociolinguística e pedagógica das zonas rurais de Angola. Precisam ser contextualizados, simplificados e tornados mais flexíveis, promovendo uma educação linguística que respeite a diversidade e a desigualdade de oportunidades

REFERÊNCIAS

BASSO, Regina (2024) **Atitudes de docentes sobre o ensino de língua portuguesa em escolas do campo: considerações sobre a pedagogia da variação linguística**. Tese apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

BULO, Zua. (2024) O português em Angola: língua materna e língua segunda nos subsistemas de ensino. Njinga & Sepé. **Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras, São Francisco do Conde (BA)**, v.4, n.º1, p.80–99, jan.–abr. 2024.

LÁZARO da Silva, (2024) Análise dos conteúdos de Língua (Gramática) nos programas e Manuais de Língua Portuguesa do Ensino Primário angolano. **DEDICA. Revista de Educação e Humanidades (dreh)**, v. 22, p. 315–343, jun. 2024.
DOI:10.30827/dreh.22.2024.29867

LEI Constitucional de Angola, (2010). Assembleia Nacional - Luanda

INIDE (2003) **Programas do Ensino Primário, Língua Portuguesa 4ª Classe**. Luanda, Angola.

INIDE (2005) **Manual de Apoio ao Sistema de Avaliação da Aprendizagens para o Ensino Primário**. Luanda, Angola.

INIDE (2006) **Programa de Língua Portuguesa da Reforma Educativa para o Ensino Secundário do 1º ciclo 7ª, 8ª e 9ª Classe**. Luanda, Angola.

NDOMBELE, Eduardo.; EZEQUIEL, Bernardo; MIGUEL, Afonso.: (2025) Debate na mesa-redonda sobre a problemática da escrita em Angola. *In: I Congresso Internacional de Pedagogia no Bié*, 2025.

NDOMBELE, Eduardo (2022) **A problemática de ensino de português para alunos das zonas fronteiriças de Angola**. Tese de Doutoramento. Faculdade de Educação e de comunicação de Nampula. Universidade Católica de Moçambique.

SAKUKUMA, Alexandre (2012) **Análise crítica do programa educativo para o ensino do português como língua segunda na 7.^a classe em Angola.** Dissertação (Mestrado). Universidade Nova de Lisboa

SILVESTRE, Gomes (2014). **A relação entre a língua oficial e as línguas locais na escola: como as crianças das aldeias de Cabinda/Angola aprendem o português e em português.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

TIMBANE, Alexandre. (2020) Ensinar português em contextos africanos multilingues: desafios da colonialidade e possibilidades de decolonização curricular. *In*: SILVA, R. da; FERREIRA, M. L. (Orgs.). **Línguas em trânsito: política linguística e educação em territórios afro-lusófonos.** Fortaleza: EdUECE,